

	TE-SER Social Consultoria e Assessoria de Projetos Ltda. Rua Upamaroti, 1129/121 – Bairro Cristal – Porto Alegre/RS CEP: 90.820-140 CNPJ: 08.798.484/0001-78 Inscrição Municipal: 510.834.26

Análise de Projeto Técnico Social – APT
MUNICÍPIO DE BRAGA – RS

1. Identificação

Programa: Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50	Contrato nº:
Ação/Modalidade: Construção de Unidades Habitacionais.	
Empreendimento: Programa Minha Casa Minha Vida em municípios com população até 50 mil habitantes	
Localização/Município: Braga	UF: RS
Fonte de recursos: OGU - Orçamento Geral da União. SEHABS – Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Braga-RS	Regime de execução do PPTS: Empreitada Global
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Braga-RS	

2. Prazos

Obras: Doze meses	PPTS Treze meses
----------------------	---------------------

3. Valores do Empreendimento (R\$)

Repasse/Financiamento	OBRAS	PPTS	TOTAL
	R\$ 1.000.000,00		R\$ 1.000.000,00
Contrapartida (financeira) - Estado	R\$ 120.000,00		R\$ 120.000,00
Contrapartida (bens e serviços) -	R\$ 38.355,00	R\$ 1.645,00	R\$ 40.000,00
Outros -			
TOTAL	R\$ 1.158.355,00	R\$ 1.645,00	R\$ 1.160.000,00

4. População a ser beneficiada

Nº de famílias 40	Nº de pessoas 140	Nº de mulheres Chefe de Família 36	Nº de famílias em situação de risco 16
Renda média familiar (em	Nº de idosos	Nº de pessoas com deficiência	

Salário Mínimo) 01 SM	08	00
--------------------------	----	----

5. Análise da proposta

ANÁLISE DA PROPOSTA	Sim	Em parte	Não	Não se aplica
5.1 Os dados apresentados/identificados permitem a caracterização da área de intervenção e entorno, sob os aspectos: localização geográfica, urbanístico, ambiental, infraestrutura, equipamentos comunitários e formatos associativos?		X		
5.2 A justificativa apresentada está adequada com a modalidade de intervenção e as características da área e da população beneficiária?	X			
5.3 Os objetivos definidos estão adequados às características da população, área e Programa?		X		
5.4 As atividades do trabalho técnico social estão claramente apresentadas em cronograma?	X			
5.5 As atividades estão em consonância os objetivos do projeto?	X			
5.6 As técnicas e instrumentos de intervenção estão adequados aos objetivos estabelecidos?		X		
5.7 O prazo de execução do projeto técnico social está compatível com a complexidade e porte da intervenção social?	X			
5.8 A equipe técnica está adequada para execução do projeto?		X		
5.9 Estão previstos formas e instrumentos para avaliação das atividades?	X			
5.10 Os valores estão compatíveis e adequados às atividades e prazo previsto?			X	
5.11 Os valores estão inseridos no cronograma físico-financeiro do empreendimento?		X		
5.12 Foi apresentado Plano de Reassentamento?				X
5.13 Foi apresentado Plano de Regulamento de Mutirão?				X
5.14 Está prevista a realização de avaliação do trabalho técnico social pela comunidade?		X		
5.15 Existem pendências/exigências (especificar no item 8)	X			

6. Origem dos dados e informações utilizadas para a análise:

- Plano de Trabalho
- Carta Consulta/Carta de intenção
- Fotos
- Pesquisa Socioeconômica
- Curriculum vitae do responsável técnico
- Croquis, plantas, etc.
- Quadro de composição de investimento
- Cronograma físico-financeiro



Ficha Resumo Empreendimento

Data da Visita: _____

Volume operacional e/ou de engenharia

Outros / Especificar: PTTT

7. Manifestação técnica

O Projeto de Trabalho Social elaborado pelo Município de Braga-RS contempla o acompanhamento às famílias que serão beneficiadas com a construção de 40 unidades habitacionais. As casas serão construídas em lotes pulverizados, situadas em diferentes bairros do município. E os beneficiários vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, habitando em áreas de risco, em casas de parentes, ou em moradias precárias, com renda de até R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

Para analisar este projeto, tendo como referencia o que estabelece o Programa Minha Casa Minha Vida, Sub 50 e Portaria nº 547/2011, do Ministério das Cidades, nos detemos nos seguintes itens:

1. Cadastramento – contempla idosos (20%), mulheres chefes de família, portadores de necessidades especiais e famílias em situação de risco. Não tivemos acesso às fichas de cadastro, não sendo possível perceber a realidade de cada um dos contemplados. Dentre os dados no projeto consta que os beneficiários serão atendidos pelo serviço público local e que para elaborar este projeto foi realizada uma troca de informações, entre os agentes públicos e privados, garantindo que as ações estejam de acordo com as necessidades e prioridades destas famílias.
2. Infraestrutura - obedece ao que estabelece a Portaria nº 547/2011 do Ministério das Cidades e legislação municipal. Possui rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e esgoto, sendo que está prevista a construção de fossa séptica, filtro anaeróbico e sumidouro. A coleta de lixo é realizada regularmente pelos serviços públicos da prefeitura. E não encontramos referência aos serviços de Transporte.
3. Equipamentos públicos, serviços e organizações comunitárias - próximo ao local onde serão construídas as habitações existe serviços públicos disponíveis como posto de saúde, escolas públicas, creches, CRAS, PSF e EMATER/ASCAR, CONSEPRO, Conselho Pró-Segurança e COMHAB, Conselho municipal de Habitação. Também existem entidades comunitárias que dão suporte as ações locais, como associações de moradores, clube de mães, grupo de idosos, onde as famílias poderão se integrar.
4. Parcerias – as atividades serão realizadas pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e EMATER/ASCAR, focando no trabalho de educação ambiental: conservação das unidades, importância e cuidado das águas, orientação para a correta execução da rede de esgoto e do descarte de lixo e dos dejetos. E, ainda, orientação

para organização das propriedades e estímulo à inserção social.

5. Metodologia - consideramos positivo o trabalho já realizado com grupo beneficiário, frisando a importância de continuidade das ações para aprofundamento dos vínculos. Ressaltamos ser necessário detalhar cada etapa do trabalho e como será executado, prevendo os meios para atingir os objetivos do projeto.
6. Profissionais - consideramos como positivo a formação de uma equipe multidisciplinar constituída por pedagoga e presença de uma bióloga. Por outro lado, não temos condições de verificar a experiência dos citados profissionais sem o respectivo currículo. E alertamos que o trabalho deverá ser feito de forma integrada, exercitando o diálogo, a escuta sensível e o vínculo com as famílias. Conforme a citada Portaria nº 547/2011, item 16.5, o projeto de trabalho social deve ser elaborado e coordenado por profissional com formação compatível e experiência comprovada em ações de desenvolvimento comunitário.
7. Período do projeto – consideramos como suficiente o período de 13 meses para executar as ações previstas. Se houver necessidade, poderá ser ampliado conforme prevê a Portaria nº 547/2011, item 16.2.1: “A execução do trabalho social poderá ser prorrogada, a critério do proponente, como forma de dar continuidade aos processos até então implantados”.
8. Atividades do projeto – muito importante às ações de educação ambiental articulada as atividades de geração de trabalho e renda. Todavia, é importante prever que estas ações não sofram descontinuidade no futuro. No que se refere à parte de educação ambiental levar em conta o que estabelece o Decreto nº 4.281/2002*, que define que deve ser permanente e continuada. Da mesma forma, as ações de geração de trabalho e renda que, conforme Dulce Cazzuni** deverá agregar a formação social e política, educação básica, capacitação ocupacional e profissional.
9. Recursos - prevê poucos recursos e somente para a elaboração de materiais pedagógicos/comunicação e gastos em hospedagem e alimentação, não permitindo outras ações.
10. Instrumentos de avaliação - é previsto a aplicação de questionários verificando se os objetivos estão sendo atingidos, além de outros instrumentos de comprovação como lista de presença, relatórios descritivos e fotográficos. Contudo, como não tivemos acesso ao questionário não foi possível verificar se os dados previstos são suficientes para avaliar as ações do projeto e o espaço de moradia, que compreende a unidade

básica, estrutura pública e serviços no entorno.

Por último, após análise do Projeto Social do Município de Braga-RS consideramos que o mesmo deverá sofrer algumas alterações para atender o que determina a Portaria nº 547/2011, Programa Nacional de Habitação Urbana, Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50, para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. E registrar que a Portaria nº 547 não prevê financiamento ou contratação, qualquer referencia sobre isto no projeto deve ser retificada. E que o regime de Execução do PTTS descrito na parte de apresentação (1) está errado devendo ser alterado para Empreitada Global.

* (Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento . -- Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009)

** (Trabalho Social e Intervenções Habitacionais – Reflexões e aprendizados sobre Seminário Internacional – Ministério da Cidades).

8. Pendências

- Detalhamento do processo de mudança das famílias;
- Apresentar instrumento de avaliação do Trabalho Técnico Social;
- Ampliar os dados sobre caracterização familiar;
- Alterar o regime de produção do PTTS: para empreitada global;
- Retirar do Cronograma Execução de Atividades o que se refere à Contratação e Financiamento.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2013.

Alexandre Daniel Noronha
Técnico Social
CRP/07-11374

Cleusa Regina Prates
Coordenadora da TE-SER